

LEI Nº 899, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2015.

Cria o Programa de recuperação de créditos municipais, concedendo anistia sobre multas e juros incidentes no recolhimento de Impostos e Taxas Municipais que especifica para pagamento em parcelas e dá outras providências.

O POVO DE COMENDADOR LEVY GASPARIAN, por seus representantes, decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica criado o Programa Municipal de Recuperação de Créditos do Município de Comendador Levy Gasparian, de vigência temporária e condições específicas estabelecidas nesta Lei.

Artigo 2º - Fica a Fazenda Pública Municipal de Comendador Levy Gasparian autorizada a conceder anistia total e/ou parcial de juros, multas e demais encargos legais e/ou contratuais, apurados sobre os créditos tributários e não tributários de sua titularidade, tais como, o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, o Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, a Taxa de Água e Esgoto – SAELEG e as Taxas do Exercício do Poder de Polícia, inscritos ou não em Dívida Ativa, em cobrança administrativa e/ou judicial, com vencimentos até **31 de Dezembro de 2015**.

Artigo 3º – Os débitos referidos no Artigo 1º poderão ser pagos, com a anistia de multas e juros, obedecendo aos seguintes critérios:

- I – 100 % (cem por cento), para pagamento em uma única parcela (à vista);
- II – 80 % (oitenta por cento), para pagamento em até 03 (três) parcelas, com valor de entrada de 30% (trinta por cento), correspondente a primeira parcela;
- III – 70% (setenta por cento), para pagamento em até 06 (seis) parcelas, com valor de entrada de 30% (trinta por cento), correspondente a primeira parcela;
- IV- 60% (sessenta por cento), para pagamento em até 09 (nove) parcelas, com valor de entrada de 30% (trinta por cento), correspondente a primeira parcela;

V – 50% (cinquenta por cento), para pagamento em até 12 (doze) parcelas, com valor de entrada de 30% (trinta por cento), correspondente a primeira parcela;

§ 1º – As hipóteses de parcelamentos previstas nos incisos II, III, IV e V deste artigo somente poderão ser requeridos e concedidos para os tributos vencidos e não pagos até o exercício de 2014.

§ 2º – Os contribuinte em débito com os tributos vencidos no exercício de 2015 farão jus à anistia de multas e juros, mas somente para pagamento à vista (uma única parcela), previsto no inciso I deste artigo.

§ 3º – Caso os débitos estejam em fase de cobrança judicial, ficam suspensas as cobranças de honorários advocatícios sucumbenciais por parte da municipalidade.

Artigo 4º- Somente farão jus aos benefícios tributários previstos no artigo anterior, os contribuintes adimplentes com o exercício de 2015 até a data do requerimento do benefício desta Lei.

§ 1º – Os percentuais previstos no artigo anterior terão vigência temporária e limitada aos requerimentos protocolados até o dia 31/12/2015.

§ 2º – O deferimento do benefício não afasta a incidência de correção monetária e demais acréscimos legais e contratuais, calculados mês a mês na forma da legislação vigente, ao tempo do vencimento de cada parcela, implicando na interrupção da prescrição do crédito.

§ 3º - Caso contribuinte esteja sob qualquer tipo de ação fiscalizatória para apuração de débitos ou de fatos geradores, o mesmo ficará impedido de solicitar parcelamento, nos termos dos incisos II, III e IV e V, do artigo 3º desta lei, fazendo jus apenas ao benefício de anistia para pagamento em uma única parcela, conforme disposto no inciso I, do artigo 3º desta Lei.

Artigo 5º - O valor mínimo de cada parcela não poderá ser inferior ao equivalente a 15 (quinze) unidades fiscais de referência do Estado do Rio de Janeiro (UFIR-RJ).

Artigo 6º - Para fazer jus ao benefício, o contribuinte deverá atualizar seus dados cadastrais junto às Coordenadorias de Cadastro do Município, que farão a alteração dos dados independentemente de abertura de processo administrativo municipal ou pagamento de taxas e do ITBI.

§ 1º – Para realizar a atualização o contribuinte deverá apresentar os seguintes documentos, dos quais serão extraídas cópias xerográficas para que sejam arquivadas:

- I - Carteira de Identidade ou Documento de Constituição Empresarial;
- II - CPF - Cadastro de Pessoa Física ou CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica;
- III - Comprovante de endereço do imóvel ou do estabelecimento;
- IV - Comprovante de endereço para correspondência (se for o caso);
- V - Documento do imóvel, podendo ser contrato particular de compromisso de compra e venda ou qualquer outro documento hábil a comprovar a propriedade do adquirente, devendo estar assinado por 02 (duas) testemunhas, além de outros documentos que comprovem a origem da aquisição e a propriedade do vendedor;
- VI - Assinatura do Boletim de Informação Cadastral (BIC).

§ 2º – Caso o cadastro municipal do contribuinte já esteja atualizado, o requerente poderá assinar declaração de que não houve alteração nos dados cadastrais, desde que todos os dados pessoais do contribuinte estiverem registrados no banco de dados dos cadastros municipais.

Artigo 7º - O parcelamento será concedido em até 12 (doze) parcelas mensais e consecutivas, vencendo-se a primeira delas até 5 (cinco) dias após a concessão do benefício, sem prazo de carência.

§ 1º- Quando o requerimento for formulado por terceiro obrigado a efetuar o pagamento em virtude de estipulação contratual, o número de parcelas não poderá exceder ao período de vigência do contrato.

§ 2º- No caso de parcelamento de IPTU, havendo transferência do imóvel, a qualquer título, o débito deverá ser integralmente transferido para o novo titular, independentemente do número de parcelas remanescentes.

§ 3º - Os contribuintes que já fizeram o parcelamento ou o reparcelamento dos débitos de seus tributos, poderão ser amparados por esta Lei, podendo aderir ao benefício, não havendo compensação do que já foi pago, incidindo apenas nas parcelas remanescentes a partir da concessão da anistia.

Artigo 8º - A anistia parcial e o parcelamento somente serão concedidos mediante requerimento do contribuinte, proprietário do imóvel, procurador legalmente instituído e com poderes para tal ou por terceiro que demonstre, cabal e documentalmente, interesse na liquidação do débito,

importando tal ação na expressa confissão irretratável e indivisível quanto à sua certeza, liquidez e exigibilidade.

§ 1º – Considera-se terceiro interessado o locatário, o cessionário, o usufrutuário, o donatário, o comodatário, o arrendatário, o posseiro a qualquer título, o representante legal e/ou procurador regularmente constituído, o cônjuge ou companheiro do proprietário do imóvel ou do terceiro, seus descendentes ou ascendentes até segundo grau, colateral, herdeiro ou inventariante, este mediante prova documental idônea dessa qualidade.

§ 2º - O Simples requerimento não implica no deferimento do benefício, o qual deverá atender as prescrições contidas nesta Lei.

Artigo 9º - A inadimplência no pagamento de até 02 (duas) parcelas consecutivas, ou até 03 (três) alternadas, implicará no cancelamento automático do benefício, retornando o débito ao seu valor original anterior ao deferimento do pedido, com os acréscimos legais e contratuais, deduzindo-se os valores efetivamente quitados e, o débito remanescente só poderá ser adimplido nos termos da Lei Municipal nº 043, de 27/12/1993 (Código Tributário Municipal), sem prejuízo das medidas de natureza administrativa e das cobranças judicial e/ou extrajudicial.

Artigo 10 - Em caso de solicitação para pagamento à vista, no ato do deferimento do benefício será emitida e entregue ao requerente a guia de arrecadação respectiva, com vencimento/limite até 5 (cinco) dias da concessão do benefício.

Artigo 11 - A aplicação das medidas previstas nesta Lei não implica restituição ou compensação de valores, a qualquer título, em caso de pagamento anterior ou posterior à sua entrada em vigor, ainda que os débitos quitados estejam inclusos na mesma faixa para a concessão de quaisquer dos benefícios.

Artigo 12 - O contribuinte que der causa ao cancelamento do benefício, por quaisquer dos motivos elencados nesta lei, não poderá obtê-lo novamente.

Artigo 13 - Em se tratando de créditos ajuizados correrão por conta do contribuinte o recolhimento e a comprovação em juízo, para fins de extinção da ação executiva tributária, das custas judiciais e da taxa judiciária devida, além do efetivo pagamento do crédito cobrado com os benefícios desta Lei.

Parágrafo Único – Nos casos de ações judiciais propostas pelo devedor impugnando os créditos previstos nesta Lei, a adesão aos seus termos, com o pagamento da primeira parcela, implicará em confissão do débito em questão, além da imediata extinção das ações, com julgamento do mérito,

arcando o contribuinte com as custas judiciais de baixa, e renunciando qualquer honorários sucumbenciais.

Artigo 14 - Caso o contribuinte opte por não se enquadrar nas condições e prazos previstos na presente Lei, estará o mesmo sujeito às regras gerais constantes da Lei Municipal nº 043 de 27/12/1993 (Código Tributário Municipal).

Artigo 15 - Nos casos omissos, deverão ser observadas as disposições da Lei Municipal nº 043 de 27/12/1993 (Código Tributário Municipal).

Artigo 16 - Fica alterado o ANEXO I - METAS FISCAIS - DEMONSTRATIVO DA ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA, aprovado pela Lei nº 858, de 08/07/2014 - Lei de Diretrizes Orçamentárias, fazendo-se incluir os dados constantes do quadro anexo.

Artigo 17 – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cláudio Mannarino
Prefeito

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
 ESTIMA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
 ANO = 2015**

LRF ART.4º, § 2, INCISO V, anexo 1,4 - projeto de lei nº031, de 04/11/2015

TRIBUTOS	MODALIDADE	SETORES / PROGRAMAS / BENEFICIÁRIOS	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2015	2016	2017	
- Multa e Juros da Dívida Ativa e do IPTU; - Multa e Juros da Dívida Ativa do ISS - Multa e Juros da Dívida Ativa da Taxas de Poder de Polícia - Multa e Juros da Dívida Ativa do Taxa de Água e Esgoto – SAELEG	ANISTIA DE MULTAS E JUROS.	TODOS OS CONTRIBUINTE EM DÉBITO COM A MUNICIPALIDADE.	R\$17.151,90	R\$18.867,09	R\$20.753,80	VIDE OBSERVAÇÃO ABAIXO.
TOTAL =			R\$17.151,90	R\$18.867,09	R\$20.753,80	

FONTE:

Obs: 1 - Os valores da renúncia para 2015 foram previstos de acordo com informações do setor de cadastro da Prefeitura Municipal e com base nos registros contábeis do balancete de receita corrente líquida, do orçamento de receita prevista para o exercício de 2015. Considerou-se que a previsão de concessão de anistia será em torno de 30% (trinta por cento) do total previsto para arrecadação desta receita no orçamento aprovado para o exercício de 2015.

2 - Os valores da renúncia projetados para 2016 e 2017 foram calculados a partir dos valores de 2015, aplicando-se, sobre eles, as projeções de aumento de arrecadação aplicado pelo município, no valor equivalente a 10% (dez por cento).

COMPENSAÇÃO:
 Esse demonstrativo tem por objetivo mensurar os tributos que serão objeto de renúncia fiscal de receita, identificando seus valores nos exercícios que compreenderão o triênio a partir da vigência da LDO e estabelecendo ainda as medidas de compensação que serão adotadas, visando a dar cumprimento ao disposto no art. 4º, § 2º, inciso V da LRF.

Ocorre que o excesso de arrecadação gerado pela dívida ativa dos tributos municipais, diante do benefício concedido (anistia de multas e juros), será mais que suficiente para compensar o valor renunciado. O valor previsto para o excesso de arrecadação será de R\$656.353,83, conforme planilha abaixo.

Dessa forma, fica observado o atendimento do disposto no art. 14, da LRF, o qual determina que a renúncia deve ser considerada na estimativa de receita da lei orçamentária e de que não afetará as metas de resultados fiscais.

(a) Previsão de arrecadação da dívida ativa municipal, conforme orçamento de receita para 2015	(b) Valor inscrito em dívida ativa, pendente de arrecadação	(c) Previsão de arrecadação com a concessão de anistia de multas e juros (estimativa de 30% do valor inscrito em dívida ativa)	(d) Valor da previsão do excesso de arrecadação com a Dívida Ativa de tributos municipais (c-a)	(e) Valor estimado a ser compensado com o excesso de arrecadação no exercício de 2015
R\$165.882,00	R\$2.740.786,11	R\$822.235,83	R\$656.353,83	R\$17.151,90